

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

VIOLENCE IN SCHOOLS: THE FAMILY AND SCHOOL RELATIONSHIP IN CHILD AND ADOLESCENT TRAINING

JOSIANE ROSE PETRY VERONESE

Professora Titular da Disciplina de Direito da Criança e do Adolescente da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Mestre e Doutora em Direito pela UFSC, com pós-doutorado pela PUC Serviço Social/RS. Professora dos Programas de Mestrado e Doutorado do Curso de Pós-Graduação em Direito/UFSC. Coordenadora do NEJUSCA - Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente e Subcoordenadora do Núcleo de Pesquisa Direito e Fraternidade. Acadêmica da Cadeira n. 1, da Academia de Letras de Biguaçu/SC. Email: jpetryve@uol.com.br

ROBERTA VOLPATO HANOF

Advogada - OAB 24268/SC. Bacharel em de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Atuou como pesquisadora do NEJUSCA - Núcleo de Estudos Jurídico e Sociais da Criança e do Adolescente do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.

RESUMO

A escola aponta e se ocupa com um problema seríssimo: a violência. No entanto, este fenômeno não pode ser analisado isoladamente. A violência escolar situa-se como uma das manifestações de uma sociedade que vive estruturas políticas, sociais e econômicas perversas. Some-se, ainda, um modelo que alimenta os contravalores, tais como o consumismo, o individualismo e o hedonismo. Neste contexto, torna-se imperiosa a substituição da cultura da violência, negatória, excludente, pela cultura de paz, sustentada na tolerância e na inclusão.

Palavras-chave: Criança e adolescente; Família; Indisciplina; Violência escolar.

ABSTRACT

Abstract. The school points out and shows a very serious problem: the violence. However this phenomenon can not be analysed in an isolated way. School violence appears like a result of a society that has a perverse political, economical and social structures. In addition to this, there a model that reinforces inverse values. Such as consumption, individualism and hedonism. In this context, it is extremely necessary to substitute the culte of excluding and violent culture by a peaceful culture based on inclusion and tolerance.

Key words: Child and adolescent; Family; Indiscipline; School violence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO; 1 CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS VARIADAS FORMAS DE ENSINAR E APRENDER; 1.1 Teoria Inatista; 1.2 Teoria Ambientalista; 1.3 Teoria Construtivista; 1.4 Teoria Histórico-cultural; 2 OS VARIADOS MÉTODOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM E O PAPEL DO EDUCADOR; 3 DIRETOR: UMA ATUAÇÃO PARA ALÉM DA SIMPLES GESTÃO ESCOLAR; 4 A FAMÍLIA: DEVERES DE ATENÇÃO, PREOCUPAÇÃO E RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO DOS FILHOS; 5 INDISCIPLINA INFANTOADOLESCENTE E EDUCAÇÃO: UM DESAFIO A SER SUPERADO PELA ESCOLA E PELA FAMÍLIA; 6 UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A INDISCIPLINA NOS ÂMBITOS EDUCACIONAL E FAMILIAR; 7 A VIOLÊNCIA INFANTOADOLESCENTE NO PROCESSO EDUCACIONAL: COMO REVERTER ESTE QUADRO?; CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.

INTRODUÇÃO

Ao caminharmos pelas ruas de nossas cidades, ou ao tomarmos conhecimento das notícias que são veiculadas nos meios de comunicação, nos deparamos com cenas como as de crianças e adolescentes envolvidos no narcotráfico - sendo usados como "soldados" nos seus esquadrões de segurança, encarregados de tarefas até então executáveis por adultos, tais como resguardar pontos de comercialização das drogas, patrulhamento das áreas das favelas, acobertando os mais variados delitos. Ademais, muitas vezes não temem confrontos diretos com qualquer das autoridades, sejam as policiais ou as judiciais, o que acaba por consternar e deixar em alerta toda a população.

Diante desse quadro, discute-se as condições que resultam na violência infanto-juvenil, suas consequências e quais as possíveis soluções para contê-la. Alguns creem, pressionados pela mídia ou por desconhecerem com profundidade o Estatuto da Criança e do Adolescente, que este é complacente, o que acaba ocasionando o aumento do número de crianças e adolescentes com comportamentos tidos como "desviantes", o que gera uma sensação de "impunidade" dos atos por eles praticados. Alegam, ainda, que não se pode qualificar como vítimas os adolescentes autores de atos infracionais, porque muitas vezes estes podem ser levados a descumprir preceitos legais "por vontade própria" de se inserirem no universo do crime e da corrupção, tendo plena consciência - "discernimento" - de suas atitudes e suas possíveis consequências, sendo capazes de escolher aquilo que pode ser positivo ou negativo para o seu próprio desenvolvimento. Percebemos, claramente, o quanto estes dois argumentos são desresponsabilizadores dos adultos e totalmente criminalizantes da infância e juventude.

Filiamo-nos à corrente que visualiza a violência infanto-juvenil brasileira como a voltada essencialmente a infrações de ordem patrimonial e/ou drogas, associados à marginalização social e como que, praticamente decorrente desta, à situação de vulnerabilidade de suas famílias. Encontramo-nos, portanto, diante da família fragilizada, inserida num quadro de desigualdades econômicas e sociais, que não os permite dispor de renda suficiente para usufruírem bens e serviços básicos como habitação, saúde, educação e lazer, e que,

insatisfeitos, inconformados, buscam, através de condutas específicas, experimentar aquilo que a realidade política sócio-econômica não lhes permite ter.

Trata-se pois, de uma forma contraditória de inclusão social, de uma inclusão ao mundo do consumo - dos cidadãos que têm. É justamente neste momento que se configura o conflito com a norma penal e esta situação - a prática de um ato infracional como furto, roubo, etc. - fará com que se perpetue a exclusão social.

Argumentos que se situam na linha da institucionalização, ou seja, que segregam os que apresentam comportamentos compreendidos como anti-sociais, acabam por convergir para o caminho de soluções por demais simples e imediatistas: para aqueles que cometem atos infracionais deve ser estabelecido um novo regime jurídico, com reprimendas mais duras ou mesmo a redução da maioria penal. Todavia, entendemos que esta não se configura a solução mais apropriada, ao contrário, consolida o *status* de desviante.

Concebemos a violência infanto-juvenil como um fenômeno que não pode ser analisado senão através de reflexões interdisciplinares, tendo como base o contexto familiar, social e, porque não, educacional no qual a criança, o adolescente encontra-se inserido.

A partir desta análise entendemos que a violência não mais é um fenômeno que existe somente fora dos muros da escola. Muitos adolescentes se vinculam à violência dentro da escola e, em oposição a esta, exibem armas de fogo pelos corredores ou fazem uso de entorpecentes.

Daí a relevância do tema sobre o qual pretendemos aqui discorrer: o ambiente escolar, a indisciplina e a forma como esta é encarada pelos educadores e dirigentes da escola os atos infracionais, os "fracassos" no processo ensino-aprendizagem e nas avaliações, todos estes elementos podem se configurar em motivos pelos quais o adolescente, ser em desenvolvimento, passe a buscar no uso de meios violentos sua auto-afirmação perante os demais. Uma verdadeira resposta àquilo que a escola representa para ele: um ambiente de disputa entre alunos perdedores e vencedores; uma relação de poder e subordinação entre quem estuda e quem ensina - o professor.

Buscamos, com o presente artigo, apontar alguns aspectos da violência infanto-juvenil, mostrando a relação que há entre esta violência e o processo ensino-aprendizagem (desde a alfabetização na infância). A violência não é algo isolado, relaciona-se com as avaliações do aprendizado (que por diversas vezes acabam por excluir e não por acolher); com a forma com que a "indisciplina" escolar é abordada; com o próprio questionamento sobre a função do

Estado, da escola, dos educadores, seus dirigentes, da família e da comunidade. Entendemos que o nosso sistema educacional carece de um modelo participativo, mais crítico e acolhedor e, ao mesmo tempo, mais atento às peculiaridades de cada educando, tanto no que tange às suas aptidões quanto às suas dificuldades.

1 CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS VARIADAS FORMAS DE ENSINAR E APRENDER

Ao longo do tempo foram construídas teorias tratando das diversas concepções de alfabetização, teorias estas que até hoje são tidas como referência na prática de professores. Alicerçados nelas é que passaremos a caracterizar as formas de ensinar e aprender.

1.1. Teoria Inatista

Esta teoria sustenta que as qualidades e capacidades de cada ser humano já se encontram basicamente prontas no nascimento, sofrendo pouquíssimas transformações ao longo de sua formação. Daí depreende-se que a educação deve interferir o mínimo possível no processo de desenvolvimento de um ser, uma vez que o destino de cada um já se encontra predeterminado por Deus.

O professor deve ser apenas um facilitador, tendo em conta que, quanto menor sua interferência, mais possibilidades terá o aluno de mostrar todo o seu potencial. Assim, é o aluno o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso - que desde seu nascimento já é traçado.

Segundo esta teoria, o ser humano não interaciona com o social, como se já nascesse pronto, refratário a qualquer alteração no que concerne a sua personalidade, seus valores, seu modo de agir.

Nesta concepção de aprendizagem, a avaliação é feita por "medidas", ou seja, através de provas o aluno vai revelar quais são seus potenciais e o grau de desenvolvimento alcançado. Por meio de provas/testes é que se mede o alunado: os bons (ou fortes), os médios e os fracos; ao analisar as provas o professor constatará que, para os alunos mais fracos só poderá aplicar atividades fracas, enquanto que para os alunos mais fortes, poderá experimentar atividades mais complexas, condizentes com o seu grau de desenvolvimento e facilidades.

Entristece saber que essa prática ainda subsiste de forma marcante em muitas escolas, haja vista que ela vai contra o ideal de ensinar e socializar da educação, atuando como verdadeira segregadora dos alunos e diminuidora do papel do professor no contexto escolar.

1.2 Teoria Ambientalista

Esta teoria vislumbra o ser humano em desenvolvimento como uma “folha em branco”, que será “preenchida” pelos estímulos do ambiente.

Esclarecem Fontana e Cruz que a aprendizagem seria, sob a égide desta teoria, um processo pelo qual a experiência modifica o comportamento de um ser. A educação é interpretada como um acúmulo de respostas aprendidas - estas resultam na transformação do educando, fazendo-o aprender, sem quaisquer questionamentos de sua parte quanto ao conhecimento reproduzido. (Fontana, Cruz, 1997, p. 25)

As aulas são dadas fazendo uso de repetições e cópias, sendo que os professores acabam por agir como meros repassadores de informações, preocupando-se simplesmente com o cumprimento de atividades que já estão pré-determinadas num plano.

Enquanto a Teoria Inatista diminui o papel do professor no processo ensino-aprendizagem, a Teoria Ambientalista o supervaloriza, entendendo que ele é o que transmite os conhecimentos necessários para que o aluno venha a desempenhar um bom papel quando de sua atuação em sociedade. Cabe ao professor avaliá-lo, medindo a quantidade de mudanças do comportamento, posto que o ser humano é percebido como um produto determinado pelo meio.

1.3 Teoria Construtivista

Nesta abordagem temos como maior expoente Jean Piaget, que defende a construção do conhecimento a partir de estágios de desenvolvimento.

A criança ou o adolescente só é capaz de realizar determinada atividade se estiver no estágio correspondente. Para o teórico da aprendizagem construtivista, o desenvolvimento de um ser é um processo que está diretamente relacionado com o equilíbrio, que é a capacidade natural de o indivíduo se auto-regular. Para Fontana e Cruz, sempre que em nossas interações com o meio surgirem conflitos ou dificuldades, é o nosso equilíbrio e nossa auto-regulação que

entram em ação para nos amparar e para nos ajudar a superar obstáculos. (Fontana, Cruz, 1997, p. 49)

A passagem de um estágio de desenvolvimento para o outro, segundo Piaget (1983), depende dos seguintes fatores: maturação, experiências, interação social e equilíbrio. Por isso, é dever da escola respeitar cada etapa do desenvolvimento do aluno e provocar situações-problema para que este consiga construir conhecimento. O professor seria, portanto, um facilitador e desafiador, e não um transmissor de conhecimento: é por meio dos problemas lançados por aquele que ensina que o aluno construirá seu próprio conhecimento - é o que se costuma chamar de "Construção Individual do Conhecimento".

De acordo com a Teoria Construtivista, avaliação - ou melhor, os métodos avaliadores - não se processa em um momento único, assim como também se desconsideram as técnicas de decorar, memorizar, repetir e copiar dos defensores da Teoria Ambientalista, passa-se a ver o conhecimento como algo que não se pode medir, bem como a avaliação como um momento privilegiado do saber. Avaliação vai significar, por conseguinte, o desenvolvimento da capacidade de aprender.

1.4. Teoria Histórico-Cultural

Esta teoria, que tem como base principal os estudos de Vygotsky - seu principal teórico -, vem relacionar a influência do meio social com a formação das funções psicológicas do indivíduo, ou seja, vem definir o aprendizado como resultado de um processo histórico-cultural. Rego, em análise desta teoria, afirma:

[...] o desenvolvimento do sujeito humano se dá a partir das constantes interações com o meio social em que vive, já que as formas psicológicas mais sofisticadas emergem da vida social. Assim, o desenvolvimento do psiquismo humano é sempre mediado pelo outro (outras pessoas do grupo cultural), que indica, delimita e atribui significados e realidade. (Rego, 2000, p. 61)

Para os defensores desta teoria, todos são capazes de aprender desde que sejam provocados por interações significativas. Daí vem a importância do professor como o competente e responsável em propor quais as atividades serão relevantes para a aprendizagem, construindo, juntamente com o aluno o conhecimento. Sob esta perspectiva o professor assume, na

realidade, o papel de mediador entre o conhecimento, enquanto acumulação histórica, e o educando. Este tipo de agir diferenciado é que permite uma aprendizagem que visualiza no aluno a sua capacidade.

O desenvolvimento e a aprendizagem caminham juntos desde o nascimento da pessoa, e é por meio desta interação que ela, desde criança, vai se apropriando do conhecimento. Ao professor caberá atuar como mediador entre os alunos e o mundo social e cultural, sendo imprescindível que esteja sempre atento ao que é importante para a criança ou o adolescente, numa interação repleta de novos contextos, novas idéias.

2 OS VÁRIOS MÉTODOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM E O PAPEL DO EDUCADOR

Diante do que até aqui foi exposto, algumas considerações precisam ser feitas. Enquanto os métodos Construtivista e Histórico-Cultural prenunciam um horizonte educacional com fulcro na interação com o meio, numa idéia de aprendizagem interna, porém partindo do meio externo e ressaltando o papel fundamental do professor como mediador nestes processos, os métodos Inatista e Ambientalista indicam uma tendência liberal da educação, com base em aulas comandadas pelo “mestre”, que escolhe o que será aprendido e de que forma, tudo de acordo o que diz o livro didático e o plano de aulas - um processo automatizado, sem quaisquer acréscimos na formação daquele que está sentado à carteira ou daquele que está diante do quadro negro copiando a matéria (a ser reproduzida pelos ouvintes em seus cadernos). O professor e a escola acabam se distanciando da realidade dos alunos; acabam se tornando figuras virtuais em seu desenvolvimento: o ensino passa a ser generalizado, preso a paradigmas, não levando em conta as características particulares de cada educando - a região onde mora, sua cultura, suas condições sócio-econômicas, sua família, bem como seus interesses, suas curiosidades, o seu modo de ver e conceber o mundo. Nada de contextualizar o que se aprende na escola com o que é vivido no cotidiano; nada de extrapolar o projeto pedagógico ou o planejamento de atividades do dia, caso contrário, o programa não será cumprido e os alunos carecerão de conteúdo.

Ora, não se pode olvidar que a criança ou o adolescente chega à escola com uma soma de experiências, as quais jamais devem ser ignoradas pelo professor. Primeiramente porque o conhecimento se constrói com a vivência de experiências, em segundo lugar, porque são das experiências do aluno que o professor pode compreender melhor porque ele tem preferência por uma disciplina em detrimento de outra, porque está tendo dificuldades em aprender determinado conteúdo ou até mesmo dificuldades em relacionar situações, idéias, coisas.

As experiências de vida do aluno devem sempre servir como luz para que aquele que ensina possa saber por quais atos deve atuar na mediação pela busca do conhecimento, respeitando as diferenças entre seus ouvintes e sabendo tratar os desiguais de maneira diferenciada.

Respeitar o aluno é fundamental quando o objetivo é formar sujeitos capazes de sonhar e, ao mesmo tempo, executar; que imaginem utopias e lutem para concretizá-las; que imponham para si metas e não tenham medo de atingi-las. Entretanto, os inúmeros modelos, amarras e costumes tradicionais da educação costumam dificultar a prática dessas idéias, pregando a não-valorização de toda a história que o aluno traz consigo.

Sabemos que todo o ser humano gosta e merece ser tratado com respeito, todo o ser humano anseia por sua individualização. Os mínimos gestos por parte do professor que demonstrem consternação, afeto e amizade já farão enorme diferença para alunos muitas vezes etiquetados como intransigentes, teimosos, indisciplinados:

O professor que chama o aluno pelo nome, que repara em algum novo detalhe, uma roupa, um novo corte de cabelo; o professor que menciona ter conhecido o pai de seu aluno e lhe faz um elogio. São pequenos gestos de atenção que quebram barreiras e fertilizam o terreno da amizade entre ambos. [...] Em qualquer aspecto da vida cotidiana, não apenas na escola, a desatenção gera agressividade. No guichê do correio, na caixa do banco, no laboratório médico, quantas vezes não nos irritamos com o tratamento displicente dos funcionários que deveriam nos atender com cortesia. Então, nos damos conta rapidamente de que somos apenas um incômodo na vida deles e reagimos mal. O aluno também pode ter essa sensação de não estar agradando, o que o faz tornar-se agressivo, querer atrapalhar a aula para que sua presença seja notada, ainda que pelo aspecto depreciativo (Chalita, 2001, p. 155-156)

Daí conclui-se que as relações entre professor e aluno devem primar pelo respeito ao espaço e pela pessoa de cada um; tendo o professor que refletir, diante de seus alunos, sobre sua missão, que é a formação de pessoas equilibradas e felizes, e não só competentes para seguirem profissões. O aluno necessita se sentir amado e querido na escola, seguro na presença dos demais companheiros e do educador e, ainda, ter uma percepção de que a sua história de vida é valorizada por parte dos que estão com ele na escola.

O professor, juntamente com os demais funcionários e gestores da instituição, devem focalizar seus trabalhos considerando a identidade única, exclusiva, de cada uma das pessoas que pretendem formar, no tipo de educação que pretendem transmitir, visualizando um futuro de cidadãos conscientes, bem firmados estruturalmente, preparados para conviverem e atuarem em grupo, cientes não só de seus direitos como também de seus deveres e obrigações. Uma

educação para o equilíbrio, para a felicidade e para a cidadania. Uma educação que poderíamos chamar de cativante, pois permeada de afetividade, de respeito, de sede pelo saber.

3 DIRETOR: UMA ATUAÇÃO PARA ALÉM DA SIMPLES GESTÃO ESCOLAR

Quando perguntamos sobre quais as funções de um diretor de escola, como *primeiras* (e, muitas vezes, *únicas*) respostas, temos: acompanhar normas das delegacias e secretarias de ensino, zelar pelo acervo de dados dos alunos juntamente com a secretaria e presidir conselhos de classe.

Ainda que tais respostas não sejam de todo equivocadas, não se pode deixar de destacar outras atribuições do diretor, que evidenciam o cargo de grande liderança exercido por este: sob sua responsabilidade atuam professores, alunos, coordenadores, orientadores, funcionários, famílias, membros da sociedade que se envolvem com a escola. Proveniente disso é sua tarefa: liderar de maneira democrática, servir-se desta condição para trocar idéias, motivar os estudantes e funcionários, a fim de que se sintam parte importante da instituição escolar - todos com vez e voz, desejosos por darem o melhor de si e felizes por serem valorizados e ouvidos.

O medo que alguns possam sentir com relação ao diretor é, entendemos, algo ultrapassado e deve ser esquecido. Compreendemos que a verdadeira e “nova” ordem social só é possível se buscarmos de forma inexorável o diálogo, a compreensão e esta nova compreensão também deve alcançar as instituições de ensino. Os tempos evoluíram e não se pode mais consentir com a pedagogia retrógrada de ensinar e impor obediência fazendo uso do medo, o aluno pode e deve ser conquistado, não só pelo professor como também pelo diretor.

Infelizmente, ainda persistem os professores que, na tentativa de controlar o “mau comportamento” da classe, ameaçam os alunos de serem encaminhados à diretoria da escola. Há também aqueles que chegam, absurdamente, ao ponto de cogitarem castigos físicos por parte do diretor para os “indisciplinados”.

Entendemos que não seria sequer necessário buscar na lei, no caso específico - o Estatuto da Criança e do Adolescente -, o embasamento para impedir que este tipo de atitude, violentadora e descompromissada com a infância e a adolescência, aconteça. É uma questão, antes de mais nada, relacionada ao princípio da dignidade da pessoa humana. Ademais, sob o prisma da pedagogia e da psicopedagogia, medidas como essas que envolvem a figura do diretor

como instrumento de amedrontação não ajudam em hipótese alguma no processo de ensino-aprendizagem.

Não é função do gestor da escola repreender ou assustar os alunos, pelo contrário: ele deve buscar - interagindo com professores, alunos, famílias, com a comunidade e com outras organizações do âmbito social - dar um novo rumo à educação, às atividades e aos objetivos da escola, fazendo com que está se torne mais atraente e voltada aos interesses e necessidades não só dos que dela fazem parte de forma direta, mas da própria população (realidade) local da qual está inserida.

O diretor ocupa um papel fundamental de estimulação do corpo docente, precisa ter competência para ajudar os professores, ouvi-los, suscitar soluções frente a uma série de conflitos que surgem no dia a dia.

Quanto aos alunos, deveria o diretor optar por uma conduta aproximativa, suscitar em cada um a tão necessária autonomia, a liderança (por exemplo, fomentando a organização de grêmios estudantis, eleições para representantes de turma, gincanas, dentre outras atividades intra e extracurriculares). Para tanto, faz-se importante conhecê-los, manter uma relação de diálogo e companheirismo, chamá-los quando percebe que estão com problemas para tentar identificar o que se passa, enfim, possibilitar uma atmosfera favorável, de modo que o estudante não tema em dizer a verdade, que a escola seja de modo efetivo um espaço de expressão.

Em se tratando da família, esta costuma comparecer na escola em dias de reuniões de pais e professores ou quando surge algum problema: notas baixas, discussão sobre valores da mensalidade, problemas de relacionamento entre o filho e o professor, dentre outros. Não se pode negar que há sempre um clima de tensão quando se trata de conversas entre pais e diretores de escola.

É justamente aí que cabe ao diretor manter uma postura equilibrada, fazer com que a família se sinta à vontade para comparecer à escola, seja para fazer alguma reclamação, contar algum problema ou, porque não, dar sugestões e oferecer a sua colaboração em atividades a serem realizadas.

Além do que, o diretor da escola deve ser ético em relação a tudo o que é tratado nas conversas com os pais, mantendo discrição e segredo. Isto porque os tópicos que são de

interesse coletivo estes sim devem estar na pauta de reuniões para as quais se fazem presentes todos os pais.

Não se pode duvidar de que, a partir do momento em que o diretor aproxima mais os pais da escola, adquire deles maior confiança e maior apoio no desenvolvimento de sua gestão, que passa a ser, portanto, democrática e, principalmente, um ambiente não segregador. Os pais sentem-se atraídos a atuarem nos projetos da instituição, deixando de lado seus discursos meramente críticos e ofensivos, antes propondo alternativas e soluções viáveis. O diretor não pode apenas reclamar que os pais não comparecem, não colaboram, e ainda por cima delegam todos os problemas e responsabilidades concernentes a seus filhos para a escola; faz-se imprescindível criar maneiras de integrá-los à instituição, mostrando receptividade quanto à sua presença, despertando o desejo de contribuir no processo da administração escolar e, assim, desempenharem um papel importantíssimo com sua participação ativa na vida da escola e de seus filhos.

Finalmente, quanto à relação “escola-comunidade”, temos em Chalita (2001, p. 187) a idéia de que a escola deve estar sempre interagindo com a comunidade, aberta a realizar eventos que marquem sua preocupação de com ela contribuir e atuar. Observa o autor que a relação com entidades organizadas facilita o trabalho do diretor nesse aspecto: “Se o problema mais premente for o crescente aumento de usuários de drogas, é interessante discutir com a comunidade por meio de um evento, por exemplo, uma Semana de Valorização da Vida ou Semana da Liberdade, em que esse tema seja debatido com a comunidade”.

Portanto, o diretor precisa conhecer o que se passa na comunidade da qual a escola faz parte, ouvindo e observando tudo à sua volta. Da mesma forma que se faz imprescindível a participação da família na escola, esta por sua vez tem seu dever ético de comprometer-se com a micro sociedade na qual está inserida.

4 A FAMÍLIA: DEVERES DE ATENÇÃO, PREOCUPAÇÃO E RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO DOS FILHOS

A família é a primeira unidade que dá início à formação da sociedade, é o núcleo onde se propicia o processo de formação da sociabilidade humana. Os elementos constitutivos formadores de uma família não se resumem à criação, assistência e educação de seus membros;

antes a família deve ser concebida como lugar de aconchego, bem-estar psicológico, enfim, de afetividade. Por isso que, modernamente, não se fala em um “tipo” de família, enquanto modelo, “ideal”, face aos mais variados arranjos familiares existentes, hoje o que se prioriza é a sócio-afetividade.

Assim, dentre os papéis a serem desempenhados pela família, agrega-se também e fundamentalmente a educação. Qualquer projeto pedagógico para que possa ser considerado viável deve contar com a participação ativa da família, seja com incentivos, pesquisas, discussões... Enfim, atitudes que signifiquem valorização e preocupação com o cotidiano escolar do filho e com o que este traz todos os dias do ambiente educacional.

É extremamente comum nos dias de hoje a descrença na família. Costuma-se dizer que o compromisso, o amor, a capacidade de valorizar cada elemento que a constitua são características que desde há muito foram se perdendo nas famílias. Filhos e pais não se falam, não se conhecem. Não raras vezes, e em função dessas “ilhas” que se formam em casa, é que muitos filhos buscam apoio em seus companheiros, “amigos” estes que, conforme Chalita (2001), apóiam as suas “travessuras”, garantem a aceitação e, o que é mais grave, convencem que contar sobre o que fazem aos pais é bobagem, já que família é formada por pessoas da geração “quadrada”, reprimida.

Na sociedade que se intitula “pós-moderna”, inúmeros conflitos e diferenças poderiam ser resolvidos pelo amor e com amor. Um amor que inicia seu desabrochar no interior da família e refrange na sociedade esta concepção amorosa de existir. Para que tenhamos uma sociedade mais feliz, fraterna, com índices menores de violência, em suas múltiplas faces, é preciso que haja a construção de um novo paradigma familiar: mais unido, de maior preocupação, maior atenção ao próximo, maior solidariedade. (Chalita, 2001)

A família deve incentivar e praticar a transparência, a honestidade e a verdade. A criança e o adolescente que têm liberdade para o diálogo com seus familiares, sem ter medo de serem castigados, terão chances remotas de se envolver em situações de violência. Isso tudo porque a família alicerçada no autoritarismo serve como instrumento de perpetuação da sociedade autoritária. Deve-se preferir as conversas, as explicações solicitadas pelos filhos, ao invés do mecanismo da simples repreensão e irrestrita obediência às ordens. (Chalita, 2001, p. 21)

É, regra geral, no ambiente familiar que a criança e o adolescente constroem e desenvolvem seus valores, mediante o suporte dos que convivem com eles, que a eles transmitem conhecimentos e experiências vividas. É do ato de observar a rotina dos pais e suas oportunidades, de analisar suas reações diante da conjuntura na qual sua família se encontra, que as crianças e adolescentes passam a criar suas concepções sobre a vida, tanto dentro da própria família quanto na sociedade de uma maneira geral. Nesse contexto em que a sociedade é refletida no âmbito familiar, os fatos do cotidiano dos pais acabam atingindo, também, toda a formação dos filhos, ainda mais quando se leva em conta que a sociedade da qual fazem parte “classifica” e considera as pessoas pelo quê e pelo quanto consomem, fixando assim sua existência e posição social. (Costa, 2004, www.jus.com.br)

Em se tratando de famílias em situação de vulnerabilidade social, os reflexos da sociedade consumista são sensivelmente mais gravosos. Entende o Costa (2004, www.jus.com.br) que a não qualificação profissional dos pais - por não terem tido condições de concluir seus estudos ou de se aperfeiçoarem em sua área de trabalho (sendo que alguns são inclusive analfabetos) - leva-os a serem inseridos na categoria de trabalhadores com baixa remuneração ou sem remuneração fixa, tornando-os, conseqüentemente, não consumidores. Esta marginalização dos pais estigmatiza a criança e adolescente, transformando-o em um rejeitado, tanto pela sociedade, que vê nele alguém que não pode consumir, e, portanto, não existe, quanto pela própria família, que o tem apenas como ‘mais uma boca’ dentro de casa.

O desemprego dos pais ou sua baixa remuneração implicam, às vezes, na inserção dos filhos no mercado de trabalho informal; noutras, no abandono das crianças e adolescentes, que acabam sendo retirados de seus lares por falta de condições de assistência material, uma vez caracterizada a negligência.

Todos esses problemas na família se relacionam diretamente com a exclusão do infante e do adolescente na sociedade, que se encarrega de fazer pré-julgamentos discriminantes e de tratá-lo como “criminoso”, tendo como fundamento sua origem e sua impossibilidade de consumir na proporção que satisfaça o sistema.

A partir daí, diante dos olhares que a sociedade deposita sobre ele, o adolescente passa a identificar-se mesmo como um ser diferente, um “criminoso”, indignado diante dessa situação, inicia o processo de se afirmar como marginal, correspondendo em atos e em imagem à maneira como são vistos, o que para a moderna Criminologia seria a “desviação secundária”. Neste

momento tem-se o princípio de todo um processo que desperta no adolescente a prática de atos ilícitos, haja vista o sentimento de vingança e de revolta que brotam dos estigmas nele rotulado pela sociedade.

Também devemos considerar uma outra questão: a de crianças e adolescentes que não sabem da importância dos limites e que se inclinam em direção a um comportamento tido como desviante. E somos novamente instigados a pensar no papel da família. Que crises ela reflete? Por que esta opção de desincumbir-se dos filhos? Será que também neste ponto aparecem os resultados de uma política assistencialista que ao invés de ter potencializado forças para a efetiva promoção da família gerou o paternalismo? Mas quando a questão não é econômica tão somente? Pois inúmeros são os casos em que os pais com recursos não têm a compreensão do quanto é importante que os filhos sejam formados eticamente, o que significa, respeito ao outro, portanto, com limites. Limites este que não devem ser compreendidos “como subserviência, castração”, mas sim “da necessidade de se reafirmar que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e que as regras de conduta ou qualquer outra forma de responsabilização devem ser sempre coerentes com a trilogia respeito-dignidade-liberdade”. (Veronese; Vieira, 2006, p. 15)

Formar a pessoa, preparando-a para as responsabilidades sociais são compreendidos como deveres da família. Para tanto, faz-se necessário que a família se constitua em um espaço de afetividade, de respeito mútuo, enfim, de crescimento. No entanto, nesta análise não podemos deixar de pontuar que muitas famílias encontram-se em uma situação de grave fragilidade: o desemprego, a falta de moradia, de escolas para os filhos, de sorte que muitas vezes não é que elas não queiram um ambiente harmônico, mas a conjuntura em que estão inseridas é que não permite ou não favorece que, efetivamente, as famílias situem-se como focos de amor, de compromisso, de efetiva formação.

5 INDISCIPLINA INFANTOADOLESCENTE E EDUCAÇÃO: UM DESAFIO A SER SUPERADO PELA ESCOLA E PEL FAMÍLIA

Ao lançarmos um olhar sobre os temas que discorreremos até o presente momento, parece-nos claro que os mestres da educação escolar precisam desenvolver habilidades cognitivas com o intuito de que todos se sintam em condições de aprender. Para tanto, o

educador não deve ter uma formação apenas letrada (baseada em técnicas da escrita e da leitura), e sim pautada em valores, dentre eles respeito, cooperação, afetividade, humildade (para que se construam sujeitos mais humanos), tornando assim o processo de ensino-aprendizagem mais estimulante.

Contudo, sabemos das dificuldades enfrentadas pelos professores. São classes superlotadas, insuficiência de material didático, programas de ensino demasiadamente extensos e complicados, não se podendo deixar de citar a baixa remuneração - o que acaba, mesmo que involuntariamente, transmitindo angústia e desilusão aos alunos.

O professor deve saber de suas responsabilidades e de sua influência na vida dos alunos, almejando superar os problemas da política educacional, possibilitando uma melhor orientação.

Em se tratando da família, esta vem sofrendo, como já afirmamos acima, com a indução ao consumo pelo sistema capitalista de mercado, obrigando os pais a trabalharem mais. Desta forma, o tempo disponível para estar com os filhos começa a diminuir, gerando uma desorientação e uma fragilização da família. O consumo tem levado à "infantilização" da sociedade, reduzindo a capacidade de tolerância nas pessoas e, ao mesmo tempo, aumentando suas frustrações. O ambiente familiar é de profundo valor para o desenvolvimento e desempenho do estudante em sala de aula, e este valor jamais pode ser esquecido: nem pelos próprios pais, nem pelos alunos, nem pelos professores.

É por todos esses motivos até aqui abordados que, ao adentrarmos nas escolas, nos damos conta de que algo está errado. Presenciamos situações de indisciplina, para muito além das meras conversas paralelas, das brincadeiras, mas na real dispersão, no desinteresse praticamente total dos alunos.

Para melhor compreendermos esta questão, em um primeiro momento, analisaremos a disciplina sob uma perspectiva histórica e, em seguida, a traremos para o cotidiano das escolas e famílias da atualidade.

A construção humana no seu processo civilizador coincide com o surgimento de um sistema regado de condutas, o que importa afirmarmos que para se evitar as atrocidades entre os seres humanos revelou-se imprescindível limitar ações. Assim, com desenrolar do processo de socialização, que se dá diariamente por meio de limites estabelecidos pelo meio onde cada um vive, nos deparamos com o crescente surgimento de hábitos de convívio social, com a aquiescência em relação a normas reguladoras de comportamento, com o interesse e a

imprescindibilidade do aprendizado de novas línguas; aspectos que podem ser traduzidos como forma de disciplina.

A tentativa de consolidação de um comportamento “harmônico”, “equilibrado” por parte de cada indivíduo dentro de um grande grupo, demonstra que ele não apenas “aderiu” mas que em muitas circunstâncias foi obrigado a subjugar-se às regras estabelecidas.

Modernamente, a sociedade tem como herança modelos de disciplina estabelecidos nos quartéis e conventos, cujas regras estabeleciam o convívio dos membros que lá se encontravam. Disciplina que, exercida adequadamente - devido à consciência sobre seus direitos e deveres como indivíduos -, conduzia às “boas maneiras” e ao respeito, tanto para com o estabelecimento e sua estrutura organizacional quanto para com seus companheiros.

É preciso observar a disciplina como um meio e não como um fim. Temos na nossa sociedade um grande mal estar institucional, uma inversão de valores, uma desconfiança motivada por elementos como a desigualdade social, a vulnerabilidade social de muitas famílias, a falta de conhecimento básico (educação) por grande parte da população, sobretudo, uma grande crise ética.

Historicamente o poder disciplinar foi instituído nas escolas não só como justificativa para produção do saber, mas inclusive para moldar alunos dentro de um padrão ideal para a sociedade. Estabelecendo-se uma hierarquização temos que enquanto a disciplina é recompensada pelos professores, a indisciplina é para estes motivo de rebaixamento, de depreciação. Foucault traz à lume duas conseqüências dessa “penalidade hierarquizante”:

Distribuir os alunos segundo suas aptidões e seu comportamento, portanto segundo o uso que se poderá fazer deles quando saírem da escola: exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos á subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina. Para que, todos, se pareçam. (Foucault, 1997, p. 163)

O conceito que muitos educadores têm sobre disciplina é aquele entendido como uma postura submissa, obediente às determinações sobre o comportamento, cuja estrutura educacional é a de todos os alunos virados para frente, sentados em fileira (um atrás dos outros) a fixarem-se num mesmo ponto de referência, o espaço onde o professor está, do qual emana o saber, e, ao mesmo tempo fiscaliza os movimentos dos alunos. Os instrumentos principais do

poder disciplinar, segundo Foucault (1997) são: a vigilância hierarquizada, a sanção normatizadora e o exame. Este modelo não valoriza o aluno e sim o trata como objeto de um sistema.

Na leitura de Guimarães (1988, p.30), quando se fala em disciplina o que vem em relevo é a classificação: "O indivíduo disciplinado é capaz de adequar seu comportamento a determinadas regras, estabelecidas por si próprio ou por outros, mas assumidas por ele mesmo. Não obstante a educação sempre foi decisiva para a evolução das sociedades e um instrumento de grande poder".

Para levar os educandos a terem uma consciência das suas ações, a disciplina escolar deve partir de uma necessidade consciente. O relacionamento professor-aluno também assume um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem. O grau de abertura que o professor oferece às perguntas e indagações dos alunos e o respeito que lhes proporciona podem criar situações de aprendizagem muito diferenciadas. Leciona Vasconcellos (2000, p. 41) que a disciplina deve apontar não só limites, mas também as possibilidades, oportunizando para os que querem aprender a tomada de consciência dos seus atos, e assim passam a ser conhecedores de seus direitos e deveres, adquirindo responsabilidades, o que, na sua visão, significa estabelecer limites sem ser autoritário.

6 UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A INDISCIPLINA NOS ÂMBITOS EDUCACIONAL E FAMILIAR

Percebe-se comumente que a escola desperta indisciplina por parte dos alunos devido a um controle exagerado, composto de regras muito rígidas e inadequadas, tais como: recreio reduzido, proibição de correr durante os momentos livres e, sobretudo, a vontade de delinear sujeitos iguais. A indisciplina passa a ser uma forma de resistência às imposições das normas, uma saída.

Portanto, a escola deve refletir constantemente sobre as regras estipuladas, procurando coerência entre a sua conduta e aquela esperada por parte dos alunos. Crianças e adolescentes, quando vão à escola, levam sempre consigo diversos sonhos e planos muito criativos; porém, são em muitas ocasiões impedidos de colocá-los em prática devido à postura dos educadores ou do regime escolar, aos quais estão submetidos. A escola tem como essência o desenvolvimento do

ser humano, fundamental para a evolução da sociedade. Entendemos que ela pode ser compreendida como um local em que se priorize um olhar crítico sobre a sociedade e seu atual estágio de desenvolvimento, mas que seja humana e, sobretudo, extremamente criativa. Isto porque toda a crítica é bem-vinda, sobretudo quando nos encontramos frente a instituições que são continuadoras, reprodutoras, de toda uma cultura que desconsidera valores. No entanto, a escola também deve se institucionalizar como laboratório, especificamente, um laboratório comprometido com uma das maiores deficiências da contemporaneidade: a carência e deficiência das relações humanas. (Rego In Aquino, 1996, p. 99)

Para podermos superar a indisciplina de sala de aula temos que atacar os vários problemas enfrentados pela sociedade e pelas famílias, haja vista que o comportamento de uma pessoa não é fruto de uma única experiência.

Na interação entre pais e filhos deve haver, primordialmente, diálogo e intercâmbio de idéias, fazendo crescer, nos dois lados da relação, o afeto, a segurança, o respeito e os limites conscientes.

Concordamos com Jover ao afirmar que: “Ninguém nasce rebelde ou disciplinado: trata-se de um comportamento construído. Se antigamente disciplina equivalia ao silêncio absoluto, a disciplina desejada hoje é a do interesse e da participação”. (Jover, jun. 1998, p. 35)

A construção do conhecimento é um ato coletivo. Podemos dizer que o conhecimento não existe sozinho, ele é resultado da participação de uma coletividade. Afinal, o que move o ser humano é seu interesse e sem ele nada acontece.

O conteúdo trabalhado em sala de aula deve estar relacionado com a realidade de cada aluno para que este se sinta parte integrante de uma sociedade e participe das atividades com interesse e motivação, sabendo que as atividades estão presentes em sua vida diária.

Para Jover (jun. 1998, p. 35), “o dia-a-dia da sala de aula prepara certas armadilhas para o professor”, sugerindo algumas orientações para evitá-las:

- a) Não repreender o aluno na frente da classe; chama-se em separado para conversar.
- b) Nunca humilhe o aluno, com atos ou palavras.
- c) Se alguém for motivo de riso por parte da classe, interrompa tudo e discuta com a turma o motivo desse comportamento, até concordem que não se deve rir dos outros (é uma falta de respeito!).
- d) Evite a todo custo ter um “queridinho” da classe.

- e) Não discrimine ninguém por sua aparência, origem social ou mesmo comportamento inadequado.
- f) Seja sincero, franco e aberto.
- g) Certifique-se de que todos compreenderam e assimilaram as regras estabelecidas; seja bem claro.
- h) Dê-lhes a oportunidade de se manifestar durante a aula. (Jover, jun. 1998, p. 35)

O sucesso de todos passa por uma avaliação dos objetivos e da forma como se tem realizado as atividades até então. É necessário restabelecer o bom convívio e a reafirmação do vínculo família-aluno-professores-escola, promovendo um espaço para discussão das dificuldades, criando, em grupo, alternativas para resolvê-las.

7 A VIOLÊNCIA INFANTOADOLESCENTE NO PROCESSO EDUCACIONAL: COMO REVERTER ESTE QUADRO?

Um número cada vez maior de excluídos não logram participar da política ou da produção econômica, social e cultural, em razão de seus "fracassos" na educação básica, neste contexto o caminho da violência e da prática dos atos infracionais aparece como sucedâneo para suas frustrações e, como resultado, temos uma série de infrações às normas da sociedade, às normas da escola, desrespeito ao patrimônio público e ao escolar. Neste último caso é possível que esta depredação ao patrimônio educacional seja sinal de protesto e crítica aos serviços prestados, seja pelos educadores, seja pela direção da escola, além de uma evidente não compreensão de que o patrimônio público é de todos, e que todos são prejudicados com a sua destruição.

Por sua vez as ações da escola, dos professores, diretores, também, em muitas situações, são conhecidos como promotores da violência, dos castigos e das reprimendas, donos de posturas autoritárias, de poder e de superioridade, verdadeiros "donos" da escola.

O que nos surpreende é que para muitos pais e profissionais de educação a violência vem de fora da escola. Ou seja, a escola é vista como uma vítima de "maus elementos" que a atacam, depredam e roubam. E no entanto, a escola também produz a violência no seu cotidiano. É uma violência sutil e invisível, que se esconde sob o nome de "evasão" ou de situações em que não se compreende a indisciplina ou mesmo a violência. É, acreditamos, tal

indisciplina e ou violência inconscientemente promovida pelos próprios educadores através de regulamentos opressivos, currículos e sistemas de avaliação inadequados à realidade onde está inserida a escola, medidas e posturas que estigmatizam, discriminam e afastam os alunos.

O ambiente escolar estabelece-se com um espaço de violência a ser somado à série de violências que pesa sobre a vida das crianças e adolescentes que freqüentam a escola. Muitas vezes, a escola diz-se neutra, universal e com valores próprios. Essa "neutralidade", por demais perigosa, acentua e dissemina valores estranhos àqueles que ilustram o dia-a-dia das crianças pobres, que vêem reprovados seus hábitos e seu jeito de falar. Ao inferiorizar os alunos com dificuldades de assimilação de conteúdo, por exemplo, a instituição escolar lhes ensina a resignação frente ao fracasso. Quando os alunos a deixam, expulsos pelos mecanismos de evasão, encaminham-se para a outra parte do ciclo: o das ruas, dos atos infracionais, enfim, da violência.

Costa (2005, <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=1400>) chama nossa atenção em seu artigo "A violência na escola", para o paradoxo existente entre os ideais de pais e professores no que concerne à educação de crianças e adolescentes e seus posicionamentos na prática: querem para os filhos, para os alunos e para si mesmos uma "Escola Ideal", onde se transmitam conhecimentos e cultivem valores sólidos, capazes de lhes assegurar um bom e promissor futuro; por outro lado, situam-se freqüentemente à margem desses ideais, revelando-se incapazes de os alimentar em suas vidas, falando deles como um sonho, mas nem sempre os trazendo para o viver cotidiano e para as esferas de responsabilidade em que se movem. Muitas vezes, talvez sem disso se darem conta, cooperam para que se instale um clima de surda violência na família, na escola. A competição desenfreada, a eliminação dos mais frágeis, o sucesso a qualquer preço, a confusão entre padrão de consumo e qualidade de vida - signos daquilo a que se tem chamado progresso - alimentam esta violência em que mergulha a sociedade.

Compreende Vaz (2005, <http://federativo.bndes.gov.br>) que, quase sempre, a violência não é um ato gratuito, mas uma reação àquilo que a escola significa ou, ainda pior, àquilo que ela não consegue ser. Democratizar a escola é a linha central de todas as intervenções para diminuir a violência em seu ambiente. A mudança na prática do sistema de ensino deve levar à eliminação das barreiras - muitas vezes não percebidas - entre os alunos e a escola, entre a comunidade e a escola. Num trabalho que envolve ações de curto, médio e longo

prazos de maturação, as violências geradas pelo próprio sistema escolar devem ser questionadas e subvertidas pelos seus atores.

A democratização do acesso à escola não deve ser vista só como a extensão do atendimento escolar (aumentando o número de vagas, por exemplo) ou mesmo a criação de condições materiais para a fixação do aluno. A democratização deve ser encarada de forma mais abrangente, significando, também, a mudança das relações internas e da estrutura de funcionamento da instituição escolar, valorizando e estimulando em seu interior a presença dos alunos marginalizados pela sociedade. (Vaz, 2005, <http://federativo.bndes.gov.br>)

Como a escola depende do que está à sua volta, o entorno deve ser sempre considerado. Se a escola estiver integrada a ele, abrindo o seu espaço - privilegiado e valorizado - não só aos alunos, mas ao oferecimento de soluções para problemas e necessidades da própria comunidade, terá condições de ser mais respeitada pela comunidade onde se insere.

É importante promover atividades comunitárias e o uso das instalações para eventos ou para o lazer dos moradores das imediações, contando com a participação e o envolvimento dos diretores, professores e outros profissionais.

É preciso que se construa um novo formato de prática pedagógica, em que a escola passe a ser, de fato, local de aprendizagem, de uma nova cultura, especialmente a da formação da cidadania, entendida como a materialização dos direitos sociais a todos os cidadãos.

Muitas hipóteses de solução podem ser levantadas; mas sabe-se que nada se resolverá fazendo uso da repressão. A tentativa de "disciplinar" crianças e adolescentes pelo reforço de medidas impositivas ou pela própria presença de seguranças ou policiais podem, cedo ou tarde, trazer ainda mais conflitos. Alerta-nos Vaz que a violência na escola é diferente da violência nas ruas: insere-se no meio escolar, alimenta-se da sua dinâmica e de seus vícios. Medidas repressoras terão pouca eficácia se não forem acompanhadas de outras, que resolvam o problema em seus aspectos sociais e pedagógicos. Para isto, defende o autor a necessidade de se trabalhar com os profissionais de educação (professores e servidores operacionais), com os alunos, com a família e com a comunidade, procurando estabelecer uma compreensão mais ampla da violência, como fenômeno social que possui uma face visível e muitas outras invisíveis. "Para consolidar esta nova compreensão da violência é preciso um esforço de repensar a escola tanto interna quanto externamente, em suas relações com o ambiente em que se encontra." (Vaz, 2005, <http://federativo.bndes.gov.br>, p. 39)

Rolim (2004, www.rolim.com.br) acredita ser necessário lembrar que os valores morais mais apreciados entre os jovens são exatamente aqueles repetidos à exaustão pela indústria cultural da mídia. Digno de estima moral, então, é aquele que se impõe por sua força, habilidade ou coragem pessoal. Aquele “que se garante”.

Deve-se objetivar, e isto é, inclusive, uma das proposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, como também da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que as soluções sejam originárias dos próprios adolescentes e não contra eles.

É preciso ver na violência infanto-juvenil um sintoma de problemas mais amplos situados na escola, bem como fora dela.

[...] Ora, qual a importância conferida a eles, efetivamente, pela escola? Qual a oportunidade que lhes é concedida de contestarem, pelo uso da palavra, as regras existentes na escola ou os métodos empregados pelos professores, antes que o façam com pedras ou pontapés? As noções de ‘disciplina’ vigentes em nossas escolas não se fizeram sinônimas do silêncio? A figura da escola olha para um aluno e, especialmente, para aquele que se afigura como um ‘problema’ o que ela, de fato, observa? A realidade das eventuais transgressões ou a pessoa implicada? ‘Bom aluno’, afinal, não se confunde tantas vezes com aquele que é ‘quietinho’ e que, por isso, ‘não incomoda’? Quando, em outras palavras, a dinâmica efetivada pela instituição disciplinar permite ao professor/orientador/dirigente que reconheça no fato imputado como ‘desviante’, além da norma a ser observada, as subjetividades irreduzíveis a serem descobertas? Em caso negativo, como estabelecer com este aluno uma ‘ponte’ que permita a comunicação e, por consequência, um pacto firmado pela palavra? (Rolim, 2004, www.rolim.com.br, p. 42)

Compreendidos estes elementos, defendemos a tese de que também neste tema a questão das políticas públicas não pode estar apartada.

Deve-se ficar atento ao fato de que a violência entre as crianças e adolescentes pode ser sinônima de reflexo do que tem ocorrido entre adultos, não só de indivíduo para indivíduo, mas das relações sociais, políticas e econômicas. Além do que não podemos levantar a bandeira do combate à violência sem buscar ou sequer considerar as múltiplas situações que a desencadeia, sem analisarmos o tipo de sociedade em que estamos inseridos, que cultura essencialmente o individualismo. Sociedade esta na qual a promoção de valores como a solidariedade, a tolerância, o compromisso com o outro parecem “coisas” obsoletas.

Na concepção de Piloni (2004, www.psicopedagogia.com.br, p. 46) o mundo se encontra em estado de desequilíbrio entre valores materiais e os valores humanos: os morais,

psicológicos e espirituais. Houve um acelerado desenvolvimento tecnológico neste século sem o correspondente desenvolvimento dos conhecimentos relacionados com a vida interna da pessoa. Há uma ausência de orientações lógicas e coerentes sobre a natureza humana. A natureza física do homem, com seu esplendor material, assumiu uma hierarquia primordial na humanidade, em detrimento da sua natureza moral, do verdadeiro humanismo. Enfatiza-se o “ter” e não o “ser”. Vale-se mais pelo que se tem do que pelo que se é, ou seja, os valores internos. Diante desse quadro, o egoísmo, a ambição, a vaidade, o prestígio, os anseios por domínio e poder têm imperado cada vez mais a vida das nações e dos indivíduos. O paradigma de que “os fins justificam os meios” tem estimulado a utilização de recursos iníquos como a violência, a corrupção, o embuste, o desrespeito, a deslealdade e outros, para se obter, o mais rápido possível, um lugar de destaque na sociedade.

Entendemos que a discussão do tema “violência” deva adentrar a sala de aula, é preciso conhecê-la para que se encontrem saídas a partir da própria reflexão/conscientização do adolescente, o que seria interessantíssimo, pois situaria o adolescente como verdadeiro protagonista do processo. É necessário reconhecer que o espaço escolar é o local privilegiado para esse debate, que como tema transversal pode ser trabalhado em todas as áreas do conhecimento - Língua Portuguesa, História, Geografia etc, de modo que cada professor possa dar sua contribuição, ou ainda, servir-se de seminários, painéis, oficinas para que o assunto desperte o interesse dos educandos e os motive para uma ação transformadora da realidade.

CONCLUSÃO

Não há como falarmos em estratégias que visem a prevenção da violência infanto-juvenil sem nos ocuparmos em discutir a atual sociedade em que vivemos. Sociedade esta marcada pelo individualismo, que se consubstancia no descompromisso com o outro, mergulhada numa globalização consumista.

Pais, professores e diretores de escolas precisam mudar as práticas puramente corretivas e de controle de comportamento, com o objetivo primordial que é fazer com que filhos e alunos concebam e tratem seus semelhantes com respeito e dignidade, valorizando as qualidades e sabendo conviver com as diferenças de cada um, somente assim teremos um espaço

que estimule o diálogo, a troca e a construção de um saber pautado no valor da dignidade humana.

A escola não pode mais fundamentar seus projetos única e exclusivamente no objetivo da profissionalização e preparação para o mercado de trabalho, antes ela deve se empenhar na formação de cidadãos completos, capazes de promover a solidariedade, a justiça e a paz. Cidadãos desejosos de se desenvolverem, de se aprimorarem como pessoas, comprometidos com o nosso processo civilizatório. Dizer não a violência é dizer não à barbárie, é dizer sim à tolerância, é dizer sim ao que verdadeiramente faz-nos dizer que somos humanos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO - Lei n. 9394/96. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso em: 6 mar. 2019.
- CHALITA, Gabriel. *Educação: a solução está no afeto*. 7.ed. São Paulo: Editora Gente, 2001.
- COSTA, José Carlos Gomes da. *A Violência na Escola*. Disponível em: <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=1400>. Acesso em: 6 mar. 2019.
- COSTA, Maurício Daltro. *Violência Juvenil, resultado da marginalização da juventude pela sociedade de consumo*. Disponível em: www.jus.com.br. Acesso em: 6 mar. 2019.
- CRUZ, Vera Maria Silvestri. *Avaliação da aprendizagem e a construção identitária do cidadão*. In: *Percepções: Coletâneas/org*. Ivonilson A. Magalhães. Criciúma: Editora do autor, 2001.
- FONTANA, Roseli; CRUZ, Nazaré. *Psicologia e trabalho pedagógico*. São Paulo: Editora Atual, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- GUIMARÃES, Áurea M. *Vigilância, punição e depredação escolar*. São Paulo: Papyrus, 1988.
- HARPER, Babette et. al. *Cuidado escolar*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- JOVER, Ana. *Indisciplina: Como lidar com ela?* In: *Nova Escola*. São Paulo: n.113, p.34-38, jun. 1998.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 11.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MARTINS, Vicente. Delinquência Juvenil e Leitura. Disponível em: www.uol.com.br/vicente.martins. Acesso em: 6 mar. 2019.

OLIVEIRA, Carmem Silveira. Disponível em: www.mundojovem.pucrs.br. Acesso em: 6 mar. 2019.

OLIVEIRA, Maria de Fátima; Camões, Cristina. **As crianças institucionalizadas** - o outro lado da sociedade. Disponível em: www.google.com.br/ascricancasinstitucionalizadas.htm. Acesso em: 6 mar. 2019.

PIAGET, Jean. **A epistemologia genética**. São Paulo: Editora Abril, 1983.

PILONI, Daniela Mendes. **Violência Juvenil**: uma reflexão sobre o papel do educador! Disponível em: www.psicopedagogia.com.br. Acesso em: 6 mar. 2019.

REGO, Teresa Cristina R. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 10.ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.

_____. Indisciplina e o Processo Educativo: uma análise na perspectiva Vygotskyana. *In*: AQUINO, Júlio Groppa. (org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

ROLIM, Marcos. **Escola e Violência Juvenil**: reflexões sobre um sintoma. Disponível em: www.rolim.com.br. Acesso em: 6 mar. 2019.

SILVIA, Aída Maria Monteiro. A violência na escola: a percepção dos alunos e professores. **Série Idéias**. n. 28, São Paulo: FDE, 1997. p. 253-267.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**. Uma perspectiva social. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985.

SCHNEIDER, Leda. **Marginalidade e delinquência juvenil**. São Paulo: Ed. Cortez, 1987. 159p.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em Sala de Aula e na Escola. 5.ed. São Paulo: Libertat, 2000.

VAZ, José Carlos. **A Violência na Escola**: como enfrentá-la. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br>. Acesso em: 6 mar. 2019.

VERONESE, Josiane Rose Petry; VIEIRA, Cleverton Elias. **Limites na educação**: sob a perspectiva da Doutrina da Proteção Integral, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Florianópolis: OAB/SC editora, 2006.

Recebido em: xx / Aprovado em: xx

Preenchimento pelos editores.